



Cooperação academia-ativismo na pesquisa científica: proposições de uma ecologia das práticas¹

Maycon Lopes²

Luis Augusto Vasconcelos da Silva³

Inês Dourado⁴

Resumo: O artigo examina des/arranjos entre acadêmicos e ativistas com base em uma pesquisa com pessoas trans, discutindo desafios para o trabalho comum voltado à produção científica. Da perspectiva de uma ecologia das práticas, a análise ilumina como a negociação entre os atores, ao invés de uma etapa (preliminar) da investigação, configura-se em instância que gera continuamente as condições de possibilidade de conhecimento baseado em colaborações dessa natureza. O quadro evidencia o poder dos atores, ao passo em que sugere

-
- 1 Peça de uma pesquisa financiada pelo Ministério da Saúde, a ordem de autoria obedece à importância das contribuições para o manuscrito: Maycon Lopes foi o responsável pela conceitualização e análise, redação e revisão do artigo; Luís Augusto Vasconcelos da Silva e Inês Dourado coordenaram o projeto, atuando na captação de financiamento, na pesquisa de campo e na aprovação do conteúdo intelectual do texto.
 - 2 Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) – Salvador – Brasil – mayconslopes@gmail.com – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8744259736438820> – ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0081-3883>.
 - 3 Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia – Salvador – Brasil – gugavascon@gmail.com – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6324201705344195> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0742-9902>.
 - 4 Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia – Salvador – Brasil – ines.dourado@gmail.com – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7845852622901449> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1675-2146>.

a força da abordagem empregada, notadamente em seus desdobramentos éticos no curso da pesquisa.

Palavras-chave: Ecologia das práticas. Estudos sociais da ciência e tecnologia. Ética em pesquisa. Movimentos sociais. Metodologia.

ACADEMY-ACTIVISM COLLABORATION IN RESEARCH: PROMISES OF AN ECOLOGY OF PRACTICES

Abstract: *This article examines the dis/arrangements between scholars and activists in a study among transgender people, addressing the challenges of common work towards scientific production. From an ecology of practices perspective, the analysis illuminates how the negotiations between the actors, instead of a (preliminary) phase of the scientific encounter, continuously generates the conditions of possibility for the knowledge grounded in assemblages of these kinds. This frame suggests the actors' power, while at the same time highlights the analytical potentialities of such an approach, given its ethical implications throughout the research.*

Keywords: Ecology of practices. Social studies of science and technology. Research ethics. Social movements. Methodology.

COOPERACIÓN ACADEMIA-ACTIVISMO EN LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA: PROPUESTAS DE UNA ECOLOGÍA DE LAS PRÁCTICAS

Resumen: El artículo examina sobre los des/arreglos entre académicos y activistas a partir de una investigación con personas trans, reflexiona los desafíos para el trabajo común hacia la producción científica. A la luz de una ecología de las prácticas, el análisis indica que la negociación entre los actores, más allá de fase (preliminar) de la investigación, configura una instancia que genera continuamente las condiciones de posibilidad de conocimiento basado en alianzas de esta naturaleza. La trama demuestra el poder de los actores; asimismo sugiere la fuerza del enfoque empleado, especialmente en sus consecuencias éticas en el estudio.

Palabras clave: Ecologías de las prácticas. Estudios sociales de la ciencia y la tecnología. Ética en investigación. Movimientos sociales. Metodología.

Não raramente nos deparamos com estudos que declaram integrar ativistas em sua constelação de mediadores. Embora tendamos a concordar que colaborações dessa natureza implicam em um aprendizado relevante a título metodológico, a qualidade da relação, inclusive as relações de força entre pesquisadores e ativistas, são, se não subexploradas, comumente obliteradas nos relatos de pesquisa.

Falamos desde um contexto em que a universidade, seja por parte de movimentos sociais, seja pelo Estado, é demandada para a produção de dados sobre populações vulnerabilizadas (Facchini; Daniliauskas e Pilon, 2013; Aguião, 2014). Subjaz a essa demanda o suposto de que, sem a chancela das instituições de pesquisa, não é possível intervir na “realidade”. A esse quadro, nós devemos adicionar o crescente apelo pela descolonização da ciência moderna, preocupação que, a nível da prática (de conhecimento), coloca no centro as conexões entre “conhecedores” e “conhecidos”. Dessa maneira, responder à lacuna sobre a composição entre pesquisadores e ativistas em uma pesquisa não é senão outro modo de encorajarmos o experimento com novas formas de participação na investigação científica.

Incitados pela experiência de uma pesquisa empírica em que se fizeram coexistir ativistas e acadêmicos, o nosso intuito neste artigo é interrogar o que pode acontecer quando ativistas passam a atuar como operadoras de um estudo em favor do qual o próprio movimento reclama financiamento. Examinamos, mais especificamente, os desafios e potencialidades quando competências, recursos, práticas e expectativas heterogêneas são chamadas, pela modalidade de encontro que uma investigação ocasiona, a negociar. É certo que uma negociação é sempre um evento situado. Ao suceder-se entre posições singulares, caracterizadas por interesses e forças específicas, buscamos identificar os ganhos e oportunidades oferecidos por esse encontro científico, destacando como distintos atores participam ativamente na conformação de uma pesquisa.

Argumentaremos ao mesmo tempo como a abordagem da ecologia das práticas se viabiliza como ferramenta de pensamento para a compreensão de dinâmicas desse tipo, quando somos levados a refletir com proveito sobre o vínculo enquanto uma oportunidade para que divergências coexistam. Considerando que a pesquisa é um campo de práticas cujo caráter relacional se abre a uma sorte de aprendizagens sobre o existir, o tornar-se e o crescer juntos, desejamos explorar, além das possibilidades analíticas fornecidas pela ecologia das práticas, como essa proposição inspira condutas no arranjo de um estudo. Portanto, este trabalho assume como objetivo, secundariamente, apresentar um relato da pesquisa como trama ecológica, também entendida como um fazer

eminentemente ético em que os interessados são capazes de se engajar segundo suas próprias razões e sensibilidades, afetando, como parte desse fluxo, o estudo em si.

O artigo se baseia principalmente nas notas de diários de campo provenientes do PopTrans, que serviu de longo período de observação em torno do vínculo gestado entre pesquisadores e ativistas. Baseia-se também em sessões de grupo focal, realizadas com lideranças do movimento trans de Salvador a fim de verificarmos a pertinência do método do estudo e estratégias para executá-lo. O PopTrans foi um projeto de pesquisa interdisciplinar, envolvendo de epidemiologistas a antropólogos, transcorrido entre 2013 e 2016. O objetivo consistia em investigar, mediante método misto, os modos de vida de travestis e mulheres trans na cidade de Salvador, com destaque para os fatores determinantes da infecção pelo HIV/aids e outras doenças infectocontagiosas⁵.

Sabe-se que o trabalho de campo não tem início somente quando nossos interlocutores aceitam nos conceder entrevista. As negociações que precedem seu consentimento, a chegada ao campo, já são parte da investigação e instância de conhecimento. Para os propósitos deste trabalho, nossa tônica recai sobretudo em episódios conflituosos que marcaram esta jornada. Contendas podem dar mostras da construção do vínculo, o pôr em relevo em seu “se fazendo”. Baseamo-nos na premissa metodologicamente fecunda de Bruno Latour (2012), para quem conexões já estabelecidas tendem a permanecer mudas e invisíveis, não costumando deixar rastros. Convém então tornarmos manifesto o que houve de não ditos e “disse-me-disse”, pois foi ao ruído desse burburinho que se arquitetou a coalizão entre acadêmicos e ativistas. Pontuais em aparência, esses episódios chamaram a atenção para certo *acautelar-se*, temperamento que perseguiu nosso vínculo com o ativismo em todo o desenrolar da pesquisa.

Encontramo-nos, portanto, também no domínio da ética, concebida como terreno privilegiado de reflexões sobre o agir prático, para o qual a ecologia das práticas, abordagem adotada para discutirmos os dados apresentados, fala diretamente. Como todo conceito remete a um problema, a elaboração da filósofa da ciência Isabelle Stengers lança luz sobre a preocupação de como práticas podem coexistir, sem se destruírem ou sem a subjugação de uma pela outra – riscos a que se expõe todo relacionamento grupo a grupo.

5 Para descrições mais detalhadas do processo de construção da referida pesquisa, bem como de seus pressupostos teóricos, consultar trabalho anterior (Dourado et al., 2016).

A composição de uma ecologia das práticas será um dos fios condutores das passagens que colocam essa trama em revista, principalmente por meio de seu traço distintivo. Note-se: ecologia não é harmonia. Para uma ecologia das práticas ser instaurada, abole-se um ideal de paz, muitas vezes logrado mediante o curvar-se a um termo governante ou por meio de um processo de assimilação, que também corresponde a um apagamento de diferenças. Se é verdade que a metáfora naturalista faz remissão a hábitos e necessidades, o vocábulo ecologia alude similarmente a ambientes e simbioses. Menos sobre presas e predadores, e mais sobre permutas (Stengers, 2011a), seguir essa cadeia é entender que um ambiente de práticas deve ser descrito por seus encontros, sendo alguns nutritivos, outros, tóxicos (Stengers, 2008).

Novamente, a ecologia das práticas se endereçaria por excelência à dimensão ética; da pragmática e da ética, ou de uma ética prática⁶. Enquanto tal, essa ética não se confunde com prescrições ou com um bem comum de ordem genérica. Como, a cada prática, deve ser resguardado o poder de definir o que importa em *situação* (meio) com base em seus próprios interesses, não é possível determinar de antemão o bem e o mal. Informados por uma razão pragmática, que virá a constituir, parafraseando John Dewey (2000), a natureza valiosa ou não, desejável ou indesejável desse acasalamento e de suas consequências, essas categorias gerais, bem e mal, são requalificadas em categorias localizadas, relativas e parciais: bom e ruim. De modo que encontros nutritivos se caracterizariam por seu atributo capacitante (isso é, passíveis de amplificar a capacidade de ação dos coletivos que se associam), a composição de potência configura, em suma, questão com a qual diferentes praticantes se encontram às voltas.

Nas páginas que se seguem, recuaremos no tempo em um esforço brevemente reconstrutivo para recuperarmos o elo, no Brasil, entre movimento LGBT e Estado. Em um prelúdio da trajetória de encontro com as ativistas, tentamos localizar, naquele contexto mais amplo, a posição consideravelmente privilegiada em que se encontravam, ativistas diante de acadêmicos cuja pesquisa aguardava por financiamento do poder público.

Em um segundo momento do texto, não ditos e conflitos entre pesquisadores e ativistas esboçam um contencioso arranjo, marcado não por avanços e recuos (não se trata, já dissemos, de dominação ou conquista), e sim por idas

6 Também Peter Pelbart (2024) está entre aqueles que enxergam na questão ética o corolário da concepção stengeriana de ecologia enquanto ciência das relações e das condições de existência.

e vindas. Em ressonância com esse movimento espaço-temporal pendular, e sobretudo de pensamento (hesitação), defenderemos que a possibilidade de encontro entre diferentes deve ser compreendida por intermédio da desconfiança. Abordada na análise enquanto um dispositivo, a desconfiança das ativistas para conosco emerge como reivindicação de força, em um enquadramento, como se fará observar, de assimetria potencial.

Ainda em linha com a qualidade de força, discutimos, na terceira seção, o modo como as ativistas se apresentavam à equipe do projeto, quando a categoria “domesticada” chama a nossa atenção etnográfica. Em vez de uma equivalência a docilidade ou disponibilidade, propomos, na última parte do artigo, que esse avatar convocado pelas ativistas seja requalificado como diplomacia, no sentido empregado por Stengers. Diplomatas, como as ativistas operavam nesse complexo, resumem uma posição: de trânsito, entre sua comunidade de pertença e ambientes institucionalizados; de maleabilidade, em referência às negociações que presidem o cruzamento dessas fronteiras; e de força, para, em nome de seus próprios interesses, negociar. Diplomacia, lembra-nos Stengers (2011b), só se dá entre poderes.

O plano de exposição do artigo comporta ainda uma elucidação sobre a técnica de amostragem empregada na pesquisa. O RDS – *Respondent-Driven Sampling* (em uma tradução rápida, amostragem dirigida pelo participante) se consolidou em anos recentes como uma técnica de amostragem probabilística de notável rendimento para “populações de difícil acesso”. Ainda que não reservemos no manuscrito um lugar de centralidade para a discussão do RDS, um comentário acerca do método não é acessório. A extensão das notas de pé de página de que é objeto testemunha a relevância de seu entendimento no processo de produção de conhecimento, até para afastarmos uma compreensão incompleta da dinâmica de negociação e atuação das ativistas nesse relato de enredamento e do cotidiano de pesquisa.

Por mais rigoroso o método, Pignarre (2023) não nos deixa mentir: Stengers argumentaria que não existe receituário para o êxito de uma investigação. Isso significa que a chave continua a ser única; cada encontro científico produz suas próprias condições de sucesso (problemas, desafios, restrições, obrigações). Não esgotar a riqueza de interrogações e abordagens não impede, entretanto, que o artigo encerre destacando – em uma mirada, se quisermos, etológica (ver Deleuze, 2002: 131) – o fato de que a ciência não é destacável de suas relações com o mundo; o conhecimento, da prática. Não se constituindo como um organismo independente ou autônomo, resta a seus praticantes discernir quais relações podem vir a compor ou decompor um estudo, o ambiente que o circunda,

as práticas heterogêneas que o enleiam. Segue-se que, ao colocarmos para trabalhar a linha analítica fornecida pela ecologia das práticas, uma sensibilidade ou ética simbiótica acena no radar, imprimindo a ideia eloquente de que a prática científica repousa sobre a seleção de aliados e de parceiros adequados⁷.

O ativismo em contexto: um apanhado histórico de sua “herança”

Toda relação guarda consigo, se não revela, um passado. Para retracarmos a história do nosso encontro com o movimento trans – encontro que culminou no PopTrans –, é necessário voltarmos a 2008. Ali, parte da mesma equipe conduzia a investigação “Comportamento, Atitudes, Práticas e Prevalência de HIV e Sífilis entre Homens que Fazem Sexo com Homens em 10 Cidades Brasileiras”. Normalmente, argumentam Ross e colaboradores (2010), o pesquisador se aproxima de uma comunidade com uma proposta de estudo. No entanto, às vezes, é a comunidade quem tem uma ideia de pesquisa e precisa encontrar parceiros acadêmicos adequados. Foi o que aconteceu. No período, houve apelo de ativistas trans em inserir travestis naquela investigação. Sob alegação de que seu grupo de pertença era progressivamente infectado pelo vírus do HIV, esperava-se que a produção desses dados fundamentaria seu prélio por direitos, ao mesmo tempo em que iluminaria políticas de saúde destinadas àquela população.

Esse cenário sugere de modo contundente a atuação da universidade como sujeito político; os dados científicos são, amiúde, investidos de valor instrumental. Comprometemo-nos com as ativistas na construção de um projeto cuja atenção estaria voltada às suas preocupações. Havia um franco encontro entre a nossa agenda de pesquisa, sobre HIV/aids e modos de vida de populações estigmatizadas, e a agenda do ativismo. Foram meses a fio até que o PopTrans tomasse corpo para iniciarmos o trabalho de campo. Nesse ínterim, colorido por uma autêntica novela que antecedeu um processo arrastado de liberação, pela máquina estatal, do subsídio para a pesquisa, o nosso contato com as ativistas foi intermitente. Em certa altura, precisamos descontinuar nossas reuniões semanais, por não existir perspectiva concreta quanto à data de depósito da subvenção. É importante mantermos em mente a relação que o movimento sustenta com o Estado. Basta observarmos que porção significativa dos eventos do ativismo eram realizados com recursos públicos. A saber, oriundos do então Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde.

7 Conquanto pareça óbvio quando pensamos em termos de uma pesquisa-ação (a que não se refere este caso empírico), o enunciado é extensivo a outros gêneros de investigação.

Esses aportes da política de prevenção e cuidado ao HIV/aids respondem, conforme Mello e colegas (2011), por grande parte do financiamento das atividades que conferem visibilidade ao movimento LGBT. Lembremos que o vínculo entre movimentos sociais e Estado foi estabelecido durante o processo de redemocratização do Brasil. O período coincide com a emergência da epidemia de HIV/aids, quando nos inserimos no rol de países que adotam o modelo implementado pelas cidades de Nova York e São Francisco na constituição de políticas de combate e prevenção da doença. A razão de recuperarmos esse histórico em que o HIV/aids surge como porta de entrada ao Estado para o ativismo, acarretando um fluxo de notoriedade e recursos (Pecheny e De La Dehesa, 2011), é que o prestígio político e a legitimidade (portanto, a força) de que, alçado à condição de parceiro privilegiado do Estado, o movimento é herdeiro se traduziam em constante diálogo com gestores públicos⁸.

Se é sabido que, no Brasil pós-redemocratização, foi principalmente na esfera da saúde que a interação socioestatal se intensificou, ampliando substancialmente o campo de atuação dos movimentos sociais (Gurza Lavalle et al., 2019), Rebecca Abers (2021) reconhece que é mais propriamente desde o primeiro governo Lula que a ocupação de cargos na administração pública por ativistas se faz tema na literatura de movimentos sociais. Nesse horizonte, o “ativismo institucional” desponta em seu trabalho como ideia teórica arrojada. Ao sistematizá-la – compartilhando com Stengers um percurso intelectual de orientação pragmatista –, a autora lança as bases para um programa de pesquisa, colocando em cena questões que buscam capturar a especificidade de um ativismo desta vez exercido “do lado de dentro” do Estado. Se esse movimento, que desestabiliza, ou põe, necessariamente, sob revista as fronteiras entre Estado e sociedade civil, oferece novas possibilidades, recursos e repertórios de ação para o ativismo, origina também um conjunto de desafios, questionamentos e limites.

A ocupação de posições na burocracia estatal aparentemente se acentuou como estratégia, no estreito limite da sociedade civil, dos movimentos sociais no país. Investidos da função de gestores públicos, ativistas, tendo por norte uma agenda oriunda de reivindicações dos movimentos a que são vinculados,

8 Fenômeno que aponta para a competência técnica e “profissionalização” dos ativistas no arranjo das organizações não governamentais e para a dinâmica de ativismo institucional quando inseridos em instituições de Estado, a sensibilidade desses gestores com as demandas dos movimentos sociais não é casual: parte considerável dos responsáveis pelo Programa Nacional de Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS advém das ONGs voltadas ao cuidado e prevenção ao HIV/aids (Pelúcio e Miskolci, 2009). Essas ONGs consistem, por sua vez, em uma das matrizes de constituição do movimento organizado de travestis no Brasil (Carvalho, 2011).

consolidaram as instituições de Estado como arena de disputa. Isso é, mediante repertórios renovados de (inter)ação, estão francamente abertos a táticas contestatórias, características ao ativismo, em interface com rotinas institucionais, típicas do ambiente burocrático. No que diz respeito concretamente ao movimento LGBT, as análises de Feitosa (2019) e Zanoli (2019), autores que exploram a perspectiva de quadros do ativismo LGBT nomeados para a estrutura de Estado, exemplificam como esse movimento não se alheia ao marco do ativismo institucional.

Esse apanhado consiste na cifra para compreendermos como a relação de proximidade e aliança com agentes governamentais era muitas vezes acionada no discurso das ativistas em nossos encontros preliminares, quando enfatizavam a habilidade em pressionar o Estado a fim de liberar os recursos financeiros que viabilizariam o estudo. Mas há mais aqui: o gesto traz à superfície como a penetração do ativismo e suas redes na administração pública não deixam de fortalecer-lo mesmo diante de instituições que não se encontram subordinadas a governos (como é o caso das universidades), de modo a expandir o raio de atuação e influência dos movimentos sociais.

Com a delonga no processo de liberação do financiamento, pesquisadores e ativistas com expectativas para o início dos trabalhos foram colocados em suspensão pela burocracia estatal. A intermitência que marcou esse período pôs as ativistas ressabiadas. Nossas principais interlocutoras especulavam se o montante por que reivindicavam ante os agentes públicos teria sido finalmente depositado na conta da universidade. Suspeitava-se que a falta de contato poderia ser explicada pela esquiva de nosso compromisso em contratá-las, quando, presumiam, já não precisaríamos de sua intervenção exigindo a liberação do fundo de apoio para a pesquisa. Logo, começava a ficar evidente que nos associarmos ao ativismo se constituía como tarefa sempre por fazer. “Mandar notícias” de quando em quando significava, naquele contexto, reafirmar nosso interesse na cooperação e manter a relação a salvo de ruídos. Uma vez tendo nos aproximado do movimento, não poderíamos, a despeito do anuviado trâmite que concederia financiamento à investigação, dar tempo ao tempo ou dele nos afastar para só em seguida retomarmos o contato.

A desconfiança com os acadêmicos não se tratava, contudo, de excepcionalidade etnográfica envolvendo o PopTrans. Em diversos eventos do ativismo, presenciávamos o recurso à distinção, também de ordem moral, entre acadêmicos e ativistas. Essa diferença aparentemente ensejava denotar certa falha na reputação dos primeiros: “acadêmicos desengajados” justapostos a “ativistas comprometidos”, ou carreiristas que levam uma “boa vida” em contraste com aqueles

que “lutam” (Fernandes, 2011). No estudo de Mario Carvalho (2011), cuja pesquisa tratou especificamente do ativismo de travestis e transexuais, ele observa essa apreciação negativa com base em “algumas acusações contra pesquisadores que fariam ‘uso’ dessas populações marginalizadas a fim de conquistarem espaços de prestígio na academia, sem demonstrar nenhum compromisso com essa população após o término da pesquisa” (Carvalho, 2011: 16).

Conquanto houvesse experiência de exitosas alianças com setores progressistas da academia (Arán, Murta e Lionço, 2009; Carvalho, 2011), predominava esse pano de fundo de insatisfação com a devolutiva oferecida pelos “extrativistas” pesquisadores⁹. O pressuposto desse predicado parecia, como veremos a seguir, informar o comportamento das colaboradoras do PopTrans para conosco.

(Poder) facilitar ou dificultar: a desconfiança como dispositivo

Certa feita, por ocasião de um ato convocado pelo movimento trans contra a decisão da Vara de Registros Públicos em negar pedidos de mudança de nome no registro civil de transexuais, consideramos importante nossa participação no protesto. Era um modo de apoiarmos as ações do ativismo, bem como de colocar o nome do projeto em circulação. Havíamos levado conosco alguns postais, que continham uma parte destacável onde potenciais colaboradoras do estudo poderiam preencher com seus dados de contato. Inadvertidamente, uma integrante da nossa equipe entregou um postal a uma travesti presente, sendo repreendida por uma ativista (a qual chamaremos de Ágatha¹⁰) que pleiteava a função de facilitadora da pesquisa.

A reprimenda se deu por algumas razões. Primeiro, e, em muito, em sintonia com a passagem aspeadade Carvalho, decorrente da impressão que produzimos: que estaríamos “usando” a mobilização do ativismo para objetivos particulares (da investigação). Poderíamos aventar que ocorrera ali uma polarização entre “projeto ativista” e “projeto acadêmico”, como se fossem propostas concorrentes. Essa leitura, porém, ainda é pouco satisfatória. Ao admoestar a intervenção da equipe do PopTrans, fomos levados a experimentar as fronteiras entre os campos de práticas. Em seu texto seminal *Introductory notes on an ecology of practices*, Isabelle Stengers (2005) sugere que abordemos as

9 A restituição de dados deve ser um tema de grave importância ética para a pesquisa científica em geral; particularmente para pesquisas que se apoiam em colaborações academia/ativismo. Todavia, ao suscitar um sem-número de questões, não poderemos, por falta de espaço, por elas enveredar neste manuscrito. Há que reconhecermos o esforço de síntese de Knauth e Meineriz (2015) e Fleischer (2022: 7-10) acerca do tópico.

10 Nome fictício, assim como os demais que aparecerão no trabalho.

práticas de acordo com sua divergência, de modo a levarmos suas fronteiras a sério. Levá-las a sério é, primordialmente, tratar as divergências como algo positivo, isso em dois sentidos: de um lado, não como uma oposição *a* ou como uma divergência *de*; do contrário, se a interpretarmos na chave do relacional (isto é, de interesses opostos), podemos deixar de considerar as práticas em seus próprios termos.

Ao assinalar esse fundamento, Stengers tem no horizonte o prejuízo que seria submeter, para fins comparativos, práticas diversas a um denominador único; operação que serve, não obstante, à produção de hierarquias¹¹. De outro lado, a divergência é positiva no sentido em que divergir é, outrossim, criar ou estabelecer algo que tenha importância na situação em si, definindo também o seu meio mediante aquilo que importa: singularizar-se. A produção de uma divergência como imanente à situação põe acento ao domínio mesmo da prática, da partilha e conexão que faz os participantes de um vínculo instituírem aquilo que está em causa.

A segunda razão que aparenta ter motivado a contenda se relaciona com a preocupação de que estaríamos violando um contrato: o acordo de que a mediação entre a pesquisa e a população de interesse (a função de *facilitar*) seria feita pela ativista. É certo que, com a ida à manifestação, aspirávamos afinarmo-nos às bandeiras do movimento trans, temperando a relação. Desafortunadamente, porém, o mais que conseguimos na ocasião foi estremecê-la. Era como se “fúrássemos a rede” ao contarmos as presentes sem o consentimento prévio das lideranças. Circunstâncias como as descritas foram nos convencendo de que o relacionamento com o ativismo deveria ser objeto de permanente cuidado. Passamos pouco a pouco a cultivar certa hesitação, ponto que esperamos discutir em outro momento.

Mediante determinadas obrigações, já nos sentíamos vinculados àquelas ativistas que, obstinadas em reivindicar pelo aporte que finalmente conferiria exequibilidade à pesquisa, eram assíduas desde a concepção e desenho do estudo. Segundo Stengers (2010b), obrigações estão sempre a comunicar-se com a possibilidade de sua traição. Elas acabam por expor e colocar em risco aqueles

11 A atribuição de um padrão, tarefa imprescindível a todo e qualquer exercício comparativo, ameaça, se não extinguir, silenciar práticas e seus respectivos praticantes. Isso porque, em nome da objetividade e do imperativo da comparação, busca-se estabelecer uma equivalência entre práticas – com alguma frequência na língua de apenas uma delas. Para Stengers (2011a), uma comparação só é legítima quando não consiste em uma operação unilateral. De outra forma dito, quando é possível resistir à imposição de certos critérios, ou quando os critérios mediante os quais se compara são relevantes para seus praticantes, havendo lugar para as questões que lhes importam, que lhes fazem agir e pensar. Em resumo, quando não se subtrai o que faz uma prática existir enquanto tal: suas divergências.

que estão obrigados, e que assim se sentem porque os vínculos, em vez de indiferentes, fazem-se constitutivos. Nesse caso, reconhecíamos-nos como pesquisadores engajados com as pautas do movimento, e somente em relação a essa prática de cooperação e de participação poderíamos assim nos definirmos.

É valioso para esta análise destacar que o léxico obrigação se radica no verbo latim *obligo*. A locução prepositiva *ob* quer dizer “diante de”, ao passo em que *ligo* significa, literalmente, “ligar”, atar por meio de um laço. O étimo e suas derivações gravitam em torno de uma conexão estabelecida por consequência de uma responsabilidade ou dívida. Assim é que, preso ou vinculado por força de algo, quem está obrigado se encontra em dívida com alguém¹², em reconhecimento a alguém por determinado favor¹³. Em outras palavras, estar obrigado é sentir que se deve responder por algo, corresponder. Com efeito, achar-se vinculado ou constrangido, por agradecimento¹⁴, a reciprocidade um benefício, não deixa de envolver uma restrição de conduta, o que pode ser considerado expressão de laço e compromisso.

Obrigações, de acordo com Stengers, diferem uma prática da obediência e do meramente normativo. Sem dizer respeito à conformidade ou não a regras prefixadas, a ecologia das práticas em curso se tratava de um evento que solicitava que avaliássemos o que estava em jogo. Provavelmente, não existe melhor expressão para a posição de Stengers, que não é simpática à ideia de interpretar obrigação sob o registro da norma. Introduzir a noção de obrigações para capturar a “maneira como nos dirigimos com o que quer que estejamos lidando” (Stengers, 2018b: 120), definição de prática da pensadora, implica em abordar a prática, por um lado, desde o ângulo de sua repercussão e desdobramentos: a capacidade das obrigações em fazer um coletivo inteiro de praticantes hesitar, precisar responder à forma com que é endereçado. Por outro, há o ponto de vista do envolvimento. Se a prática pode ser definida como uma maneira de interagir ou abordar, também dessa perspectiva, o movimento desempenhado pelos praticantes de modo algum os isenta das obrigações advindas da maneira como se endereçam ou participam de uma prática.

12 Já propôs Stengers (2005) que obrigações aludem a endividamento.

13 Não resta dúvida de que também nos avizinhamos, com essa elocubração, de um entendimento de pesquisa de alcance eminentemente ético: a pesquisa, como diria Tim Ingold (2016), compreendida não como uma tomada de dados para coleta, mas como uma oferta cuja aceitação reclama cuidado.

14 Não é de admirar, nessa senda, que Stengers escreva em outro lugar que “‘obrigada’ means ‘thank you’ in Portuguese, ‘obliged’ indicates gratitude in English” (Stengers, 2020: 1).

A qualidade do vínculo como eventualidade sinaliza, por sua vez, para o fato de que ele não está garantido, realçando seu aspecto de conquista. Por sabermos que, se há conquista, há risco, e na ausência de critérios explícitos – fornecidos de modo mais intuitivo do que declarado, pelas próprias situações do encontro –, éramos levados a hesitar. Ao elevar o vínculo com as ativistas a matéria de problema, no sentido precisamente de nos fazer pensar, as obrigações nos endereçam à ética como uma dimensão intrínseca a conexões dessa natureza. Concebida aqui como a atividade de julgamento e avaliação de maneiras por que convém agir em circunstâncias determinadas, articulávamos essa reflexão a formas mesmo de ação. Em vez de critérios bem definidos, tínhamos por referência as consequências do agir, particularmente em termos do que seria bom ou ruim para o vínculo – por conseguinte, para os praticantes por este enleados e para a consecução do encontro científico.

Poderíamos deduzir uma assimetria inequívoca do par academia/ativismo. A rigidez da hierarquia entre grupos dominantes e subalternos, entretanto, configura uma presunção que talvez não resista a um exame atento dessa interação ecológica. Um olhar mais atento para a colaboração epistêmica em estudo é capaz de tornar conhecidas relações mais nuançadas. A par disso, o poder não se acharia confinado no primeiro polo, afamado pelo prestígio inclusive de resultar financeiramente como mais rentável. Em realidade mais móvel e distribuído, o poder como força (não propriedade ou coisa) estaria sujeito a disputas, podendo ser mobilizado por parte a parte da relação.

Ao longo desse texto, temos nos reportado a “ativistas” e “acadêmicos” não somente para fins de exposição. A descrição procura preservar o modo como se entendem nessa paisagem particular: praticantes pertencentes a determinado campo. O vocábulo ecologia dirige nosso olhar para a heterogeneidade. Não é lícito ignorarmos, todavia, em que pese o senso de pertença que pesquisadores e ativistas venham a cultivar, a possibilidade de hibridismo, transitoriedade e cruzamento desses lugares¹⁵. Permeado de tensões, esse movimento é de certa forma ilustrado por essa ecologia. Não abandonarmos prematuramente essa distinção nos parece ainda uma exigência para manipularmos adequadamente a abordagem na qual nos inspiramos. Conectividade, por definição, é oferecida a termos, a diferentes, sendo produtivo sustentar esses últimos quando informados por um postulado que não tem por princípio a dissolução de alteridades

15 Incontáveis são os estudiosos que relatam experiências de porosidade entre a academia e o ativismo. Para referirmos, apenas um: George Marcus (1998).

em favor de qualquer unidade. Logo, embora não estática, tal clivagem resta pragmática¹⁶.

Em linha com tais considerações, a desconfiança alimentada pelas ativistas, entendida em um primeiro lance como impasse para o estabelecimento do vínculo, passou a ser repensada por nós como um dispositivo motivacional ou modalidade de conduta. Útil em face de possíveis hierarquias (a coordenação do estudo afinal estava a cargo dos pesquisadores), coletivos podem vir a lançar mão desse dispositivo, que compreende em ingrediente intimamente ligado à ação. Investindo-se de força, efetivamente são capazes de colocar questões e definir o que importa em cada situação. Acreditamos que, de outro jeito, não haveria lugar para a obrigação de que nos fala Stengers; sem reivindicação ou exigência, elucida o filósofo pragmatista William James (1956), não pode existir obrigação. Trata-se, assim, de termos coextensivos.

A desconfiança fez com que o próprio vínculo por se estabelecer, como ressaltamos, fosse objeto de mais atenção de nossa parte, modificando a qualidade da relação. Antes de impedir a criação de uma aliança, a suspeição das ativistas reverberou no que Stengers, associada à ideia de obrigações, designa de cultura de hesitação, tornando-nos mais sensíveis e responsivos aos requerimentos das ativistas. Orientarmo-nos por um senso de obrigação no contexto do ato de protesto do movimento não seria diferente de levarmos em conta a preocupação de Martin Savransky (2016) em explorar como práticas da pesquisa social podem se afinar às muitas maneiras, também situadas, como as coisas ganham importância para os próprios atores. Sumarizando em uma questão: o que seria relevante para as ativistas naquele momento? Não era, de certo, a pesquisa.

Em uma ecologia das práticas, em que as partes sustentam suas divergências, não se aliando segundo um ideal de boa vontade e resignação, mas mediante suas próprias razões e necessidades (Stengers, 2011a), percebemos que as ativistas poderiam, ao fim e ao cabo, tanto facilitar quanto dificultar a realização da pesquisa. Esse ponto ficará mais claro tão logo discutirmos o método do PopTrans e o lastro catalisador das ativistas para o seu êxito.

16 Há que obviarmos que essa ideia não se traduz em uma defesa (ao nosso juízo, paralisante), para empregar as palavras de Stengers (2011b: 356), de “disparidades dramáticas e disjuntivas entre ‘nós mesmos’ e ‘outros’”. Não ignora, portanto, ou não equivale a simples contestação da proveitosa tendência verificada no quadro das teorias dos movimentos sociais, que propõe um deslocamento da mirada dos atores em si para, mais propriamente, as ações por eles engendradas. Para uma leitura acurada dessa guinada analítica, consultar Abers e Bülow (2011).

A mediação do ativismo: entre elas e nós, a figura da “domesticada”

Se precisávamos nos empenhar na produção de uma aliança, mesmo que provisória, com o ativismo, esse, por seu turno, também havia de negociar com o sentimento de desconfiança junto à comunidade pela qual lutava. Sob argumento de que frequentemente quem ofertava assistência às pessoas trans – como testagem rápida de HIV, componente do PopTrans – era alvo de suspeição, foi chamada a nossa atenção para a indispensabilidade de um tipo de “gratificação” (já previsto em orçamento) a cada participante do estudo¹⁷. Acreditava-se que o sujeito que oferecia alguma assistência se encontrava em exercício de uma atividade remunerada. Não consistindo em trabalho voluntário, estaria, sob uma perspectiva particular, gozando de benefício financeiro advindo da tarefa de auxílio. A compreensão era novamente atravessada por certa lógica extrativista. As ativistas nos alertavam, assim, que seu empenho em incentivar a participação no projeto não bastaria, pois mesmo essa ação poderia ser objeto de especulação moral.

Nossas interlocutoras evocavam, via de regra, a descrição oferecida por Larissa Pelúcio (2009) sobre as travestis que se tornaram agentes de um projeto voltado para profissionais do sexo na cidade de São Paulo. O projeto tinha por objetivo aproximar esse segmento das unidades de saúde. Nas palavras da autora, as agentes estavam “divididas entre a respeitabilidade que conquistaram como agentes de prevenção e as afinidades que mantêm com o universo da noite, confrontando-se constantemente com as diferentes lógicas que regem estes ambientes” (Pelúcio, 2009: 152).

No dizer de Pelúcio, o acesso dessas agentes ao sistema de saúde oficial a identificariam no campo como “a do postinho, aquela que consegue consultas, ‘a bicha das camisinhas’, identificações que são prestigiosas” (Pelúcio,

17 Em consonância com as diretrizes éticas para pesquisas envolvendo seres humanos, preconizadas pela Resolução CNS n.º 446/2012 (Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde), o PopTrans não ofereceu, rigorosamente falando, remuneração monetária às respondentes. A contrapartida mais imediata pela colaboração com o estudo se deu, principalmente, mediante ticket-alimentação. Diferente de *surveys* convencionais, nos quais pesquisadores se dirigem a entrevistados – e.g., à sua moradia ou local de trabalho – a técnica de amostragem empregada, como abordaremos adiante, o RDS – *Respondent Driven-Sampling*, é engendrada pelo movimento contrário. Até em função desse deslocamento ao local da pesquisa ser capaz de obstar a participação de pessoas de baixa renda, a introdução de uma recompensa pelo custo da locomoção e tempo dispendido em favor do estudo é fundamental para evitar o enviesamento da amostra. A estrutura de “duplo incentivo” (ver na nota de rodapé n. 22 como funciona a dinâmica de recrutamento para a participação na pesquisa), isso é, a gratificação primária, advinda de sua própria participação, e a gratificação secundária, relativa à participação de suas convidadas, é componente integrante do RDS (Tyldum e Johnston, 2014).

2009: 153). Podemos seguramente depreender do seu estudo que, se assumirmos por plano de orientação a mobilidade, verificamos uma circulação que tanto resulta quanto edifica, ela mesma, as relações. O fluxo entre os distintos espaços que aparecem no relato da autora dá conta, assim, de uma história de redefinição, perante os pares, do lugar dessas travestis que se formaram agentes de prevenção.

De nosso lado, possivelmente em decorrência da incursão de Ágatha em espaços variados e da lida cotidiana com atores de inserções diversas, como gestores públicos, acadêmicos e jornalistas, nossa principal mediadora se referia a si própria nas reuniões do PopTrans como “domesticada”. O tom autoirônico penetrava sua autodescrição, mas não esvaziava a riqueza semântica do adjetivo que atribuía a si naquele contexto. A expressão insinua de início um paralelo com um espectro de referentes, como “docilizada” e “disciplinada”. Em que pese nossa rejeição a essa correspondência, cumpre-nos ressaltar: convencionalmente associada à ausência de agência, mesmo o termo “docilidade” indica antes maleabilidade – característica requerida para que alguém possa se instruir com vistas à aquisição de nova habilidade ou conhecimento (Mahmood, 2004). Essa flexibilidade implica, contudo, menos em passividade do que em luta e realização. A esse propósito, a autoatribuição do vocábulo domesticada por nossa facilitadora resguardaria da docilidade aquele componente de maleabilidade que a credencia ao trânsito, aprendido e efetuado à pena de muito esforço, entre sua comunidade de pertença e ambientes institucionais. Sua caracterização nesses termos nos ajudará doravante a requalificar a compreensão dessa ideia.

É certo que, ao acionar o vocábulo, Ágatha ensejava esboçar uma diferença entre si e outras trans. É também verdade que esse expediente concretamente fazia algo: desencorajava nossa aproximação com a população de interesse da pesquisa. Ágatha se ocupava em nos precaver ante possível dificuldade de comunicação (logo, de relacionamento) com a comunidade. Com efeito, terminava por reforçar a importância de sua atuação como canal de acesso do projeto às travestis, nas suas palavras, “menos socializadas”; isto é, de trânsito limitado e pouco habituadas, por assim dizer, a ambientes mais formais¹⁸, como explica Ágatha:

18 “Menos socializadas” talvez seja a categoria êmica para se referir ao que conhecemos na literatura (cf. Schensul et al., 2015) como *hidden populations* (populações escondidas), ou ainda *hard-to-reach populations*, populações de difícil acesso.

Algumas meninas só saem à noite, e acabou. É o dia todo em casa. Durante o dia, não saem, e quando saem, saem dez, quinze pra ir ao shopping. Não têm uma vida social como você tem.

Sob o critério de serem mais ou menos socializadas, Ágatha desenhava um mapa entre aquelas pensões, habitadas por travestis, de que tinha notícia. Em uma delas, à qual nos dirigimos sem o seu intermédio, combinamos previamente um encontro, quando realizaríamos um grupo focal. Redundando em autêntico fracasso, rendeu-nos, se muito, uma anedota. Por meio de um líder comunitário do bairro, reservamos um espaço, ao lado da pensão, que funcionava durante a semana como academia de artes marciais. Levamos suco, refrigerante, salgados, bebericos e comidinhas, para o nosso encontro. Era fim de tarde de um sábado. Um dos mais carismáticos integrantes de nossa equipe papeava com elas enquanto aguardavam o fim do almoço, o que faziam da calçada em frente à pensão. Passado um tempo, já de prato limpo e barriga cheia, deram-nos as costas. Subiam enfileiradas a escada do sobrado onde ficavam seus aposentos. “Pra quê [lanche] se acabamos de almoçar? Ninguém está com fome”, dizia Érica, que, não fazia muito, afirmara que participaria do encontro, mesmo que depressa – estava de “virote” e trabalharia à noite. Do primeiro andar, uma delas, com um espelho que se podia ver em uma das mãos (e que a auxiliava na feitura de suas sobrancelhas – tinha uma pinça na outra), ainda desviava o olhar, notavelmente blasé, de seu próprio reflexo para nós. As demais já não voltariam a se postar no parapeito das vastas janelas do sobrado, o que na altura impedia qualquer contato conosco, ainda que visual. No térreo, tomava conta de um bar uma senhora de meia-idade alcinhada pelas travestis de “mãe Rosângela”, a dona da pensão. Complacente conosco diante de tantos preparativos, blasfemara: “veados desgraçados! Foram tudo dormir”.

Até aqui, ressoava certo o vaticínio das ativistas: “Elas só vão se a gente for”¹⁹. Malgrado dúvida não nos restasse sobre a contratação das facilitadoras, acreditamos que o desencorajamento em contarmos as trans sem a mediação do ativismo ocorria porque, além de a universidade e pesquisadores quando empreendem uma investigação, também as ativistas, algumas delas à frente de ONGs, precisam de recursos de projetos para sobreviverem.

19 Ver, entre outras, na nota de rodapé n. 27 como, na prática, a técnica de amostragem do PopTrans, o RDS, já respaldava considerações dessa natureza.

Das fronteiras do método ao método da diplomacia

Longe de autoevidente, a função de facilitadora demandava alguma fabricação. À inserção de três ativistas na condição de facilitadoras do estudo acompanhava o imperativo de tornarmos inteligível a metodologia da pesquisa. Guardadas as diferenças conforme o papel de que se encarregavam no campo, esse “letramento” por que passaram as ativistas não se restringiam a elas. Por óbvio, os demais integrantes do PopTrans, a exemplo dos entrevistadores (muitos dos quais estudantes de graduação ainda não familiarizados com a metodologia adotada), também precisaram aprender.

Era recorrente por parte do movimento a menção a uma van (miniônibus) para levar as trans para participarem do estudo. No campo prático do ativismo, a mobilização operava dessa forma. É importante nesse ponto explicitarmos a técnica de amostragem que adotamos no PopTrans. Indicado para pesquisas com populações de difícil acesso que sustentam certo grau de conexão social, o *Respondent-Driven Sampling* (RDS), método ainda subutilizado nas ciências sociais (Khoury, 2020), tem como pedra angular a convocação de indivíduos que estão inseridos em uma mesma rede pessoal de relacionamentos. É baseado na compreensão de que os pares (um membro de sua rede), se comparados com os pesquisadores, são melhores recrutadores dos sujeitos da população de interesse (Dourado et al., 2016). Além disso, esse método visa à formação de uma amostra com menos vieses do que as amostras por conveniência, nas quais as escolhas são feitas diretamente pelos pesquisadores²⁰.

Isso posto (mesmo para as facilitadoras), Silvana, também ativista, descreditou o método empregado, mostrando-se cética quanto à viabilidade do RDS para a população em pauta. A impressão era de que a técnica de amostragem do estudo destoava do método usual como o movimento trans convocava o público de suas manifestações. Podemos inferir que, de alguma maneira, Silvana objetava uma noção demasiado instrumental de método, como se este, ao ser definido “antes” da pesquisa, negligenciasse o campo de práticas sobre o qual iria incidir. No entanto, quando realizamos os grupos focais, buscávamos levar em conta práticas já existentes, inclusive de mobilização e de circulação. Avaliávamos conjuntamente as condições de

20 Para um apanhado do desenvolvimento dessa técnica de amostragem probabilística, notabilizando suas diferenças da amostra em bola de neve (ou *snowball*), que é compreendida como uma forma de amostragem por conveniência, consultar a valiosa revisão de Heckathorn e Cameron (2017) na *Annual Review of Sociology*.

instauração da pesquisa²¹. Dessa forma, que consideremos o método um “meio”, desde que isso, porém, a que se convencionou entender por caminho, seja concebido como “em meio a”. Rigorosamente trilhado, modificado e modificador, o método se situa *entre* práticas, pedindo que abandonemos qualquer acepção que o avizinhe a conteúdo de coisa simplesmente portátil.

Ocorre que, embora o fundamento do RDS consista em um processo de chamado, o protocolo e restrições do método faziam predominar a percepção de que o RDS estava em desacordo com a maneira com a qual as lideranças do ativismo, por meio de um recrutamento mais massivo, atuavam²². A compreensão de que, com o emprego do RDS, eram as participantes que deveriam se dirigir a nós (e não o contrário), fazia de Silvana reticente com o futuro do projeto. Ela compartilha conosco sua experiência:

Quando eu trago, eu tenho que parar meu carro e colocar dentro do meu carro, e trazer no meu carro. Você parou seu carro e colocou dentro, e trouxe. Foi buscar na porta. Como Ágatha já fez: pegar na porta, pegar a van, e eu tá ligando: “desce, desce”. Ai a outra: “venha, venha”. E ir de porta em porta, pegando pra levar. É uma dificuldade para trazer, tem que tá ligando toda hora: “desce, desce”. Depois tem que ir na porta buscar. É um inferno.

Pontuávamos que a lógica da pesquisa não passava por esse procedimento, e que o papel a ser desempenhado pelas facilitadoras era de divulgar o projeto, endossá-lo politicamente, e de estimular, pela explicitação dos propósitos do estudo, a participação de suas conhecidas. Apesar de também desejarmos abarcar o quanto possível mais e mais pessoas no *survey* – ou, em um jargão quantitativista, aumentar o “n” da pesquisa (o tamanho da amostra) –, toda

21 Não estamos aqui diante de um aspecto irrelevante da “cozinha” da pesquisa, asserção que é particularmente verdade quando trabalhamos com um método calcado na chamada “pesquisa formativa” (*formative assessment*). A elaboração e desenvolvimento mesmo de um *survey*, reputado por sua lógica fechada, o mais das vezes deriva de procedimentos qualitativos, de modo a complicar a rigidez das divisões entre métodos quantitativos e qualitativos, como se autoexcludentes, ou como se fossem uma opção simples.

22 Na pesquisa em análise, cada participante deveria convidar até três pessoas conhecidas. Uma vez aceito o convite (cupom) e dirigindo-se ao local da pesquisa, as novas participantes se tornavam elegíveis, cada uma delas, a convidar outras três pessoas, e assim sucessivamente. A amostra via RDS é constituída dessas diversas ondas a que potencialmente cada inscrição gera. Ao convite, dá-se a alcunha de “cupom”, em virtude de eles disporem de um número identificador exclusivo que, ao liga-lo tanto ao recrutador quanto à semente (ver nota de rodapé n. 24), faculta ao pesquisador rastrear as conexões entre os participantes. Note-se: como a semente, cada participante atua como recrutadora temporária do estudo, recebendo um número limitado de cupons. Espera-se, com isso, minimizar a influência das sementes na composição final da amostra (Magnani et al., 2005), ou seja, o enviesamento amostral.

prática possui restrições. Elaboremos esse ponto. O protocolo que preside o processo de chamamento para o estudo não poderia ser violado, sob pena de não produzirmos um conhecimento considerado válido, que atendesse aos cânones científicos da epidemiologia²³. Simplificando: o volume era mais do que bem-vindo, mas apenas à medida que a produção de dados ocorresse de maneira apropriada.

Diante das dificuldades apresentadas, obstáculos com os quais elas próprias se viam confrontadas e se empenhavam em remover para galvanizar as ações do ativismo, perguntamos como poderíamos contornar esses entraves. Como, afinal, face às possibilidades e restrições do método contratado, a pesquisa poderia ser bem-sucedida?

Silvana: – Eu acho que deveria ser assim: vocês teriam que pegar uma pessoa em cada região. Uma na rua, uma num bairro, uma no outro (...). E, tipo, não é nem um treinamento, vocês tinham que fazer uma...

Ágatha: – Capacitação.

Silvana: – Capacitação, não. Uma seleção, porque capacitação, a gente mesmo já é capacitada, a gente já tem... o verbo delas, entendeu?

Ágatha: – Como Silvana falou, vão ter as trans centrais. Daí vocês têm que indicar uma menina daquela região que tem, assim, um certo comando. Como na casa de Dona Kátia, como na casa de Joyce... Sempre vai ter uma que vai ser o ponto central; essa menina, abraçando vocês, todas vão, automaticamente, abraçar vocês.²⁴

Desenvoltas, como o excerto testemunha, na gramática de seus pares, Ágatha e Silvana também se tornaram, em suas trajetórias de ascendência no ativismo, hábeis no trânsito em ambientes institucionalizados. Talvez encontremos agora, nessa declarada expertise em cruzar fronteiras (justamente por ter aprendido a senti-las e a pensar com elas), o fundamento desde o qual Ágatha faz remissão ao vocábulo domesticada. Sabemos até aqui que o recurso ao termo caracteriza

23 Destaque-se o reconhecimento e apoio ao RDS por grandes instituições, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA (Khoury, 2020).

24 Vale registrar que, lá para as tantas, as ativistas foram uníssonas na resposta de que deveríamos “pegar pessoas centradas, que já trabalham no movimento, para fazer esse tipo de chamado”. Logo, as recomendações extraídas desse diálogo foram especialmente úteis para a seleção das “sementes” do estudo. O processo de convocação que respalda o RDS necessariamente se origina em algumas pessoas, a elas se seguindo uma cadeia de participantes (ondas). Semente, pois, é como se designa essas pessoas que figurariam uma espécie de grau zero da amostra. Um guia rápido pela profusão vocabular que confere ossatura ao RDS (cupom, onda, semente, entre outras terminologias) pode ser consultada em Tyldum e Johnston (2014: XII-XIII).

seu comportamento em contraste com o de outras trans, particularmente aquelas a quem considera “menos socializadas”. Em uma observação preliminar, já havíamos rejeitado a equivalência com a categoria docilizada. Em atenção a esse tráfego, ainda não havíamos proposto, alternativamente, que a atuação de Ágatha estaria próxima à de uma diplomata. Figura liminar, o diplomata é investido da força de presentificar aqueles que, de outro modo, poderiam ser ignorados (Rosengarten; Savransky e Wilkie, 2017).

Os arranjos compostos pelos diplomatas refletem a diplomacia como a arte da lealdade dividida: o diplomata, noção polivalente, pertence a um grupo e promove sua força, mas, ao mesmo tempo, opera o jogo diplomático, convivendo com outros diplomatas e aceitando as regras desse jogo (Latour, 2002). Recordamo-nos, nesse sentido, quando uma ativista, Ingrid, relatou que as relações, vez por outra contenciosas, entre as lideranças do movimento não estavam livres de antagonismo e competição. Se realmente nutridas, essas desavenças permaneciam em estado de latência quando nos sentávamos à mesa com elas. Era momento de Ingrid, como quem retirava o véu da polidez, balbuciar: “é tudo na camuflagem”. Decerto que a confiança refletia a arte da diplomacia em sua habilidade de conversar com inimigos eventualmente declarados (Latour, 2002).

Interessa destacar que a lealdade do diplomata não alude a uma pretensa neutralidade (o diplomata tem lado), mas à condição de estabelecimento dessa lealdade. Estamos falando da chamada cultura da hesitação na qual insiste Stengers. Hesitação responde aqui por outra propriedade: para que o vínculo seja firmado, é preciso ponderar sobre o que é possível abdicar em favor da relação. Os requisitos da prática científica – expressos, por exemplo, na técnica de amostragem (no caso vertente, o RDS) – efetivamente restringiam a forma como poderíamos alcançar os objetivos do projeto. Eles estabeleciam os requerimentos que tornava o fenômeno de prevalência do HIV/aids na população trans “pesquisável”. Para compor essa ecologia, nossas facilitadoras precisariam declinar da “van”, imagem que sintetizava todo um modo de proceder, segundo mostramos, habitual na prática ativista.

Quanto a nós, apesar de, a começar pela contratação das facilitadoras, primássemos pela pluralidade como princípio norteador da prática científica, lidávamos com restrições orçamentárias que nos permitiam contar somente com três pessoas nessa posição. Como havíamos nos comprometido com as ativistas em reservar para o movimento as vagas dispostas em nossa planilha orçamentária, a circunstância do quadro de vagas conforme fixado pelo orçamento do projeto, somado ao pacto de destinar-lhes as três vagas, limitava a

incorporação de perfis variados neste ofício. Como a diversidade de perfil para a função de facilitadora não consistia em um valor absoluto²⁵, foi viável, em benefício do vínculo com o ativismo, subtrair-nos da autoridade de determinar quem desempenharia a tarefa, quando de alguma forma renunciávamos do valor de pluralidade e facultávamos ao movimento selecionar, por meio de seus próprios parâmetros, aquelas afiliadas que nos acompanhariam como “embaixadoras” do projeto.

Conquanto tenhamos abarcado no estudo entrevistadas que não possuíam ligação aparente com o ativismo, observamos que as participantes oriundas das redes do movimento demandavam menos esforço da equipe para que levassem suas convidadas à sede do projeto. As ativistas haviam nos alertado para o fato de que, talvez, as trans a quem denominam “de bairro”²⁶ se sentiriam mais atraídas a contribuir com o PopTrans, em virtude da contrapartida oferecida pela colaboração (os tickets-alimentação). Já as designadas “trans de rua”, que, se cotejadas com as “de bairro”, gozam de maior poder aquisitivo, estariam menos propensas a participar. Para fins desse argumento, claro está, as ativistas tinham em conta tão-somente o interesse das participantes pelo “incentivo” mais imediato²⁷.

Parece-nos que foi nesse “vácuo”, quiçá fecundo a motivos outros, que a atuação do movimento se mostrou decisiva para multiplicar o número de interessadas. As trans afeitas à agenda do ativismo, ao considerarem o estudo relevante (a produção de dados, é hora de nos lembrar, servia aos propósitos de ambos), assumiam um compromisso de cooperação mais explícito com o projeto. Em outras palavras, uma maior adesão. Desejamos, desse modo, sublinhar que a atuação do movimento, não redutível ao momento de dinamização

25 A ideia fundamental do RDS é que os sujeitos de uma determinada população se encontram indiretamente associados a outros sujeitos (Rios e Adrião, 2022). Na esteira desse entendimento, as várias ondas de indicação cumprem a promessa do método em capturar certa população em sua heterogeneidade. Em termos práticos, portanto, o nosso trato com as ativistas não comprometeu a cobertura da amostra do estudo.

26 Outro modo de dizer que residem em bairros periféricos e que são pobres. Tendo por vezes uma circulação mais restrita pela cidade, ocupam, quando inseridas no mercado do sexo, pontos financeiramente menos rentáveis.

27 Já pontuamos acerca da importância da “recompensa” no RDS (ver nota de rodapé n. 24). Se sua introdução na dinâmica do trabalho de campo, como explicitamos, vem a mitigar a possibilidade de enviesamento da amostra (inclusive de não resposta), não é demais acrescentarmos que o valor a que corresponde essa recompensa há que ser ponderado. Vigilantes com o risco de vieses, Johnston e Tyldum (2014: 7) salientam que o tipo e o nível de incentivo devem ser “atraentes o suficiente para que todos os subgrupos de uma população participem”. Por outro lado, não podemos ignorar a pressão dos pares: a falta de interesse na recompensa pode ainda ser contrabalançada pela conveniência de se fazer um favor a um amigo (Magnani et al., 2005), que o recrutou e que será igualmente recompensado.

do projeto (quando as ativistas exerciam a função de facilitadoras²⁸), foi fundamental para o êxito da investigação.

Trocando em miúdos, não foi “em nome da ciência” que travestis e mulheres transexuais aceitaram participar do estudo. Na medida em que a questão científica também fazia sentido para elas, não mais se relacionavam com a pesquisa na condição de “outros” indiferentes, mas de interessadas, acreditando que os resultados do projeto poderiam produzir alguma diferença. A pandemia do HIV/aids, inclinada a aparecer como o mote do estudo por força da relevância de que era investida, já se fazia constituída por uma ecologia: importava de maneiras diferentes para o Estado, para os movimentos sociais, para a universidade. Similarmente, foi esse entendimento que alicerçou a coalizão ciência/ativismo, concorrendo para que pesquisadores e ativistas experimentassem com as oportunidades abertas por essa conexão. Conexões, diga-se, o mais das vezes parciais. A criação de um comum era cotidianamente redefinida. Comunalidade já não se permitia traduzível por interesses idênticos ou acordo, mas por interesses divergentes que, entretanto, precisam um do outro, o que Stengers finalmente chamaria de uma relação simbiótica.

Proposições em torno de uma ecologia das práticas

David Croteau (2005) avalia que o ativismo fora da universidade contribuiu para a criação de espaços mais progressistas no seu interior, ilustrando essa nota com o advento dos estudos feministas e afroamericanos. Processo extensivo aos estudos sobre sexualidades dissidentes, a estrutura de financiamento de pesquisas nesses campos é igualmente tributária das pressões ativistas, conjuntura que estimula a criação de redes de colaboração, colocando em contato

28 É possível que os leitores (mormente, mas não apenas, aqueles familiarizados com o instrumental conceitual da análise de redes sociais, a chamada ARS – paradigma teórico-metodológico cuja primazia recai sobre as conexões entre os atores) relacionem as facilitadoras da pesquisa, atribuição apresentada ao longo deste artigo, à posição de *brokers*. Não é irrazoável que essa correspondência lhes tenha ocorrido desde o relato do nosso pedido, presente no início do trabalho, para que as ativistas reforçassem ante o poder público o apelo pelo financiamento do projeto. *Brokers* são agentes que servem de interseção ou ponte entre círculos sociais que, sem a sua mediação, permaneceriam desconectados. Em sua formulação, Peter Marsden, citado por Gurza Lavalle e Bülow (2014: 131), associa sua prática à facilitação de “transações entre outros atores sem acesso ou confiança uns nos outros”. Sem configurar, não obstante, componente necessário de seu expediente de conectar mundos, é possível que *brokers* extraíam vantagens dessa ausência de elos, estado de coisas desde o qual reconhece a importância de sua intervenção. Também da perspectiva de articular grupos em torno de uma agenda comum sem que, para isso, seja preciso renunciarem suas diferenças, observamos afinidades substantivas entre as noções de *brokers* e diplomatas, convergindo em aportes conceituais para a discussão de aspectos significativos da função de facilitadora.

atores de movimentos sociais e da universidade. Esse arranjo, se capaz de tornar os projetos mais atraentes para os financiadores, impõe novos desafios, éticos e metodológicos, aos praticantes de ciência. Devemos agora aprender a compartilhar o protagonismo de nossas investigações, uma vez abertos a esse experimento que permanece alheio à política científica dominante.

Orientamo-nos pela noção latouriana de rede como um convite metodológico, particularmente da sua ênfase no caráter de instabilidade em detrimento do plenamente estabelecido. O artigo buscou, assim, reconstituir a urdidura científica entre pesquisadores e ativistas. Nesse exercício analítico, a ecologia das práticas como um fazer, projeto de criação de relacionamentos interdependentes, emergiu como um bom descritor da trajetória de acasalamento entre academia e ativismo. Por consequência, evidenciou, ao termo dessa jornada intelectual, que ciência não se pratica fora do mundo, mas em coalizão. Na relação em pauta (antes, de coprodução com o movimento, em vez de simplesmente consultiva), enredamo-nos a um coletivo que precisava da nossa perícia, o qual estava de posse, em contrapartida, de maior capacidade de mobilização do que nós.

Podemos considerar que a instauração ecológica no coração desse processo socioepistêmico correspondeu menos em um método do que em uma ética; mais propriamente, em uma ética de composição. Enquanto ética prática, não visou esgotar as possibilidades de articulação entre os termos, tampouco se revestiu de qualquer senso prescritivo. O princípio de que não existem critérios seguros para determinar o que as práticas podem vir a se tornar (seu dever) desde certo feixe de alianças, mais do que a simples análise de como os praticantes se comportam, em realidade, exorta o experimento com possibilidades de vínculos entre práticas diferentes. Isso porque a própria indagação especulativa sobre as possibilidades de criação de um mundo comum, problemática que mobiliza uma ecologia das práticas, não pode preexistir à situação de encontro.

Convém, nessa direção, argumentarmos que a proposição de Isabelle Stengers, em vez de um corpo conceitual meramente abstrato, melhor revelou-se como um pensamento capaz de gerar interrogações éticas, produzir sensibilidades, modular condutas, promover encontros e conexões. Em sintonia com o pragmatismo especulativo, seu alcance se estende para além de uma ferramenta descritiva – a abordagem aspira a contribuir como um ingrediente ativo em um mundo cuja realização se encontra em aberto.

Conforme observamos, os episódios colocados em cena denotam que uma ecologia das práticas em realidade não compreende, conforme Stengers (2010a: 59), na “distribuição estática dos territórios de cada prática” e em “regras de não interferência”. É em vista dessa paisagem, na qual práticas heterogêneas se

afetam mutuamente, que nos achamos em posição de extrair, como um gesto metodológico, algumas das principais consequências éticas que um quadro tal inspira. Em um movimento de retomada, agrupando de modo sequencial: (i) não é antes, mas no fluxo das interações e ambiente de partilha que se elaboram, continuamente, as condições de troca entre as práticas; (ii) a adesão recíproca, de parte a parte, ao consórcio demanda, como também implica, em tornar-se responsivo aos diferentes apelos e às obrigações e restrições mútuas de cada prática; (iii) problemas despontam ao mesmo tempo em que a articulação é tecida – renunciar, em proveito do vínculo, a alguma formulação de que dispomos sobre nós mesmos²⁹ consiste em inteligência ecológica.

Referências

- ABERS, Rebecca Neaera. Ação criativa, ativismo e lutas no interior do Estado. In: ABERS, Rebecca Neaera. *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira*. Brasília, Editora UnB, 2021, pp. 17-51.
- ABERS, Rebecca e BÜLOW, Marisa von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 13, n. 28, set./dez. 2011, pp. 52-84.
- AGUIÃO, Silvia. Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito das relações estabelecidas entre “movimento social”, “gestão governamental” e “academia”. In: CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de e TEIXEIRA, Carla Costa (Orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro, Contra Capa/Paperj, 2014, pp. 115-127.
- ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela e LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, jul./ago. 2009, pp. 1141-1149.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. Dissertação de mestrado, Saúde Coletiva, UERJ, 2011.
- CROTEAU, David. Which side are you on?: the tension between movement scholarship and activism. In: CROTEAU, David; HOYNES, William e RYAN, Charlotte (Eds.). *Rhyming hope and history: activists, academics and social movement scholarship*. Minneapolis/London, University of Minneapolis Press, 2005, pp. 20-40.
- DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo, Escuta, 2002.

29 Cf. Stengers (2010b).

- DEWEY, John. *La miseria de la epistemología: ensayos de pragmatismo*. Madrid, Biblioteca Nueva, 2000.
- DOURADO, Inês et al. Construindo pontes: a prática da interdisciplinaridade. Estudo PopTrans: um estudo com travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 9, 2016, pp. 1-11.
- FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo e PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 44, n. 1, 2013, jan./jun. 2013, pp. 161-193.
- FEITOSA, Cleyton. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro de Combate à Homofobia de Pernambuco. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, n. 32, ago. 2019, pp. 90-118.
- FERNANDES, Felipe Bruno Martins. The Good Life vs. the frontlines: the problem of translation in coalition-building between activists and scholars in the implementation of an anti-homophobia agenda in the Americas. *R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS - UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 2, jul./dez. 2011, pp. 104-120.
- FLEISCHER, Soraya. “Ciência é Luta”: devolução das pesquisas sobre o Vírus Zika em Recife – PE: What families affected by the epidemic expected of the research on the Zika virus?. Ilha – Revista de Antropologia. Florianópolis, v. 24, n. 3, set. 2022, pp. 5-27.
- GURZA LAVALLE, Adrian e BÜLOW, Marisa von. Sociedade civil e institucionalização da intermediação: *brokers* diferentes, dilemas semelhantes. *Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 13, n. 28, set./dez. 2014, pp. 125-165.
- GURZA LAVALLE, Adrian et al. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In: GURZA LAVALLE, Adrian et al. (Orgs.). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro, Eduerj, 2019, pp. 21-88.
- HECKATHORN, Douglas e CAMERON, Christopher. Network sampling: from snowball and multiplicity to respondent-driven sampling. *Annual Review of Sociology*. San Mateo, v. 43, n. 1, 2017, pp. 101-149.
- INGOLD, Tim. Enough about ethnography: an interview with Tim Ingold. *Cultural Anthropology*, abr. 2016. Disponível em: <<https://culanth.org/fieldsights/enough-about-ethnography-an-interview-with-tim-ingold>>. Acesso em: 06 jun. 2023.
- JAMES, William. *The will to believe and other essays in popular philosophy*. New York, Dover Publications, 1956.
- JOHNSTON, Lisa e TYLDUM, Guri. Introduction. In: TYLDUM, Guri; JOHNSTON Lisa (Eds.). *Applying Respondent Driven Sampling to migrant populations: lessons from the field*. New York, Palgrave Macmillan, 2014, pp. 1-8.

- KHOURY, Rana. Hard-to-survey populations and Respondent-Driven Sampling: expanding the political science toolbox. *Perspectives on Politics*. Cambridge, v. 18, n. 2, jun. 2020, pp. 509-526.
- KNAUTH, Daniela Riva e MEINERZ, Nádia Elisa. Reflexões acerca da devolução dos dados na pesquisa antropológica sobre saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 9, set. 2015, pp. 2659-2666.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador/Bauru, Edufba/Edusc, 2012.
- LATOUR, Bruno. *War of the worlds: what about peace?*. Chicago, Prickly Paradigm Press, 2002.
- MAGNANI, Robert et al. Review of sampling hard-to-reach and hidden populations for HIV surveillance. *AIDS*. London, v. 19, 2005, pp. S67-S72.
- MAHMOOD, Saba. *The politics of piety: the islamic revival and the feminist subject*. Princeton, Princeton University Press, 2004.
- MARCUS, George. *Ethnography through Thick & Thin*. Princeton, Princeton University Press, 1998.
- MELLO, Luiz et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, n. 9, dez. 2011, pp. 7-28.
- PECHENY, Mario e DE LA DEHESA, Rafael. Sexualidades y políticas en América Latina: un esbozo para la discusión. In: CORRÊA, Sonia e PARKER, Richard (Orgs.). *Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos*. Rio de Janeiro, Abia, 2011, pp. 32-79.
- PELBART, Peter. Ecologia do virtual. *Revista de Filosofia Aurora*. Curitiba, v. 36, 2024, pp. 1-8.
- PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo da aids*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2009.
- PELÚCIO, Larissa e MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, v. 1, 2009, pp. 125-157.
- PIGNARRE, Philippe. *Latour-Stengers: an entangled flight*. Cambridge, Polity Press, 2023.
- RIOS, Luís Felipe e ADRIÃO, Karla Galvão. Sobre descrições, retificações e objetividade científica: reflexões metodológicas a partir de uma pesquisa sobre condutas sexuais e HIV/aids entre homens com práticas homossexuais. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 31, n. 1, 2022.
- ROSENGARTEN, Marsha; SAVRANSKY, Martin e WILKIE, Alex. Introduction: speculative lures. In: WILKIE, Alex; SAVRANSKY, Martin e ROSENGARTEN, Marsha

- (Eds.). *Speculative research: the lure of possible futures*. New York, Routledge, 2017, pp. 66-70.
- ROSS, Lainie Friedman et al. The challenges of collaboration for academic and community partners in a research partnership: points to consider. *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*. Thousand Oaks, v. 5, n. 1, 2010, pp. 19-31.
- SAVRANSKY, Martin. *The adventure of relevance: an ethics of social inquiry*. London, Palgrave Macmillan, 2016.
- SCHENSUL, Stephen et al. Participatory methods and community-based collaborations. In: BERNARD, Russell e GRAVLEE, Clarece (Eds.). *Handbook of methods in cultural anthropology*. London, Rowman & Littlefield, 2015, pp. 185-212.
- STENGERS, Isabelle. Comparison as a matter of concern. *Common Knowledge*. Durham, v. 17, n. 1, 2011a, pp. 48-63.
- STENGERS, Isabelle. *Cosmopolitics I*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2010a.
- STENGERS, Isabelle. *Cosmopolitiques II*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2011b.
- STENGERS, Isabelle. Experimenting with refrains: subjectivity and the challenge of escaping modern dualism. *Subjectivity*. New York, v. 22, n. 1, 2008, pp. 38-59.
- STENGERS, Isabelle. Including nonhumans in political theory: opening Pandora's box? In: BRAUN, Bruce e WHATMORE, Sarah (Eds.). *Political matter: technoscience, democracy, and public life*. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2010b, pp. 3-34.
- STENGERS, Isabelle. Introductory notes on an ecology of practices. *Cultural Studies Review*. Sydney, v. 11, n. 1, 2005, pp. 183-196.
- STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 69, abr. 2018a, pp. 442-464.
- STENGERS, Isabelle. The Doctor and the Charlatan. In: NATHAN, Tobie e STENGERS, Isabelle. *Doctors and Healers*. Cambridge, Polity Press, 2018b, pp. 87-132.
- STENGERS, Isabelle. We are divided. *e-flux Journal*. New York, v. 114, n. 12, 2020.
- TYLDUM, Guri e JOHNSTON, Lisa G. (Eds.). *Applying Respondent Driven Sampling to migrant populations: lessons from the field*. New York, Palgrave Macmillan, 2014.
- ZANOLI, Vinicius. "Mais ativista do que gestora": ativismo institucional no campo do movimento LGBT em Campinas. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, maio/ago. 2019, pp. 495-517.

Data de submissão: 6 de setembro de 2023

Data de aceite: 19 de fevereiro de 2024

Como citar este artigo:

LOPES, Maycon; SILVA, Luis Augusto Vasconcelos da; DOURADO, Inês. Cooperação academia-ativismo na pesquisa científica: proposições de uma ecologia das práticas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.14, p. 1-29, e141261, 2024. Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v14.1261>